

# Bancos, política mais confiável

por Reginaldo Heller

Em 1981, os bancos comerciais ou de investimento, nacionais ou estrangeiros instalados no Brasil, estão trabalhando sobre duas hipóteses, hoje mais confiáveis do que em qualquer período do passado recente — crédito em cruzeiros mais caro e superseletivo (à exceção dos financiamentos a exportações e agricultura) e intensa atividade no setor de repasses externos.

Essa confiança que, no ano passado, acabou frustrando-se em grande parte, está sendo agora encarada com maior realismo e mesmo vista como inevitável. Isso porque a partir do segundo semestre de 1980 as autoridades monetárias efetivamente começaram a adotar uma política de austeridade, revelando uma

consistência que, até então, inexistia.

Embora longe de conduzir a uma recessão, a política de contenção da moeda e do crédito em 1981 será uma contingência necessária para a obtenção da tão desejada redução de demanda interna, desaceleração razoável do ritmo de crescimento econômico e, em última instância, reversão da tendência inflacionária, um dos objetivos básicos da política econômica oficial.

Para os banqueiros será certamente um novo desafio. Agora, terão de enfrentar vários problemas, e o melhor desempenho caberá, sem dúvida, aos mais eficientes.

Apesar da política monetária apertada (a previsão de crescimento dos meios de pagamento em 1981 é de 50% sobre o saldo de dezem-

bro último), as taxas de juros continuam controladas, não refletindo claramente o equilíbrio entre oferta e demanda por empréstimos. Essa é uma razão política, dificilmente contornável, e que torna inevitável uma administração seletiva do crédito. Entretanto, ainda nesse caso, os banqueiros estão plenamente conscientes da qualidade de seus ativos, porque o nível de endividamento das empresas é muito alto comparado aos níveis técnicos mais recomendados. Em alguns casos, a taxa ascende a 0,80 ou a 1,10 do capital ou patrimônio das empresas.

Além disso, o limite de crédito em cruzeiros, imposto pelas autoridades — uma inovação brasileira em política monetária, mas que pode servir de elemento de segurança —, é de 50%, sendo que para o primeiro trimestre os empréstimos nessa faixa não podem ultrapassar os 5% acima do saldo de dezembro e, no segundo trimestre, 15% sobre o saldo de março. Em 1980, este limite era de 45% e foi cumprido fielmente, em que pese ao grande aperto que as empresas enfrentaram no último mês do ano, quando seus encargos são maiores, provocando uma maior demanda.

O outro grande desafio dos banqueiros será a área externa. Até 1980, o setor público foi responsável por cerca de 65% do total de empréstimos em moeda contratados no exterior. Como medida de contenção da dívida pública externa e do crescimento do setor público, as autoridades governamentais impuseram a esse setor um teto de US\$ 6 bilhões para captação de empréstimos ou menos da metade das necessidades do País. Isso significa que o setor privado deverá arcar com uma demanda adicional exatamente numa época em que os custos são mais altos e as disponibilidades no exterior estão mais contidas.

Os desafios, segundo o presidente da Federação Nacional dos Bancos, Theophilo de Azevedo Santos, deverão ser contornados pela imaginação dos banqueiros, eficiência na aplicação dos



Theophilo de Azevedo Santos

recursos disponíveis e adesão maciça à política de captação de recursos externos. Nesse sentido, os grandes conglomerados parecem oferecer a vantagem de possibilitar um leque de operações mais vasto, capaz de instrumentalizar os bancos de investimento associados, até mesmo para captação de recursos não exigíveis pelas empresas, mediante lançamento de debêntures e novas ações. Em 1980, essa foi uma alternativa muito explorada, ascendendo a mais de Cr\$ 50 bilhões.

De acordo com Azevedo Santos, também presidente do Banco Aplik, uma instituição financeira de apenas cinco agências, o maior desafio será garantir uma margem razoável de crescimento e de rentabilidade, sob um regime de controle de preços e estoques de sua principal mercadoria, o dinheiro. De fato, apesar de tudo, os bancos não vêm qualquer constrangimento em prosseguir alimentando o atual nível de competitividade. Mais exatamente, os pequenos e médios bancos vêm tentando conquistar fatias do mercado e melhores posições no "ranking" nacional.

Em 1980, entre os 30 bancos que mais cresceram em volume de depósitos totais, empréstimos e depósitos a prazo, apenas um dos considerados grandes, o Econômico, registrou taxas elevadas. Todos os demais são pequenos bancos locais ou regionais e bancos estrangeiros autorizados a operar no País. O crédito agrícola

abundante e as grandes operações para subsidiárias de empresas estrangeiras (no caso dos bancos estrangeiros) justificaram esse comportamento. Ainda assim, o mero anúncio de concessão de novas patentes para abertura de agências pelo Banco Central chegou a desencadear uma verdadeira "corrida do ouro", todos procurando ocupar espaços vazios, muito embora o objetivo oficial se volte ao fortalecimento do sistema de bancos regionais.

Um exemplo da corrida dos pequenos para diminuir a distância que os separa dos grandes pode ser medido pela taxa de expansão daqueles três indicadores — depósitos totais, empréstimos e depósitos a prazo. O Banco de Crédito Comercial, com uma única agência em São Paulo, registrou até novembro do ano passado uma taxa de crescimento dos depósitos totais de 439,4%, quando o maior banco privado do País, o Bradesco, registrou uma taxa de 74,8%. Ou o Banco de Boston, cujos empréstimos cresceram 484,5% no mesmo período, quando o segundo maior banco privado (Itaú) cresceu 94,9%, mais que o Bradesco. Ou ainda o Banco de Alagoas, cujo crescimento de depósitos a prazo atingiu a surpreendente taxa de 3.889,6%, em comparação com 41,7% do Citibank, o maior por volume de depósitos a prazo, que cresceu apenas 41,7%.

Com todos os problemas, o mercado bancário nacional continua sendo fortemente disputado. No Banco Central, existem mais de 105 candidatos para apenas seis cartas patentes de bancos de investimento, e os exemplos recentes de instituições financeiras sob intervenção ou em precárias situações de liquidez encontram rapidamente compradores, como foram os casos do Banco Regional, Comércio e Indústria do Rio de Janeiro e, ainda, as incursões de grupos estrangeiros no capital de bancos brasileiros, como ocorreu recentemente com o Banque Nationale de Paris, que acaba de adquirir participação acionária no pequeno Banco Cidade de São Paulo.